



Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina **– Perspectivas e desafios da atualidade –**

O contexto de avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo na América Latina ameaça nos últimos tempos as conquistas sociais, implementadas por governos com características democráticas, populares ou social desenvolvimentistas, que assumiram o poder na última década na região. O ataque a estas políticas por setores conservadores tem articulado ações do legislativo, judiciário, elites nacionais e internacionais, inclusive por meio de golpes de Estado, como o que está acontecendo no Brasil.

A resistência dos setores brasileiros em ações diretas ou mobilizações organizadas por entidades dos movimentos populares e sindicais ocorrem em todo o território latino-americano, com maior ou menor impacto na tentativa de reverter este quadro.

Este cenário econômico, político, social e cultural da região foram destacados nos vários debates ocorridos durante o Seminário Internacional – Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina: perspectivas e desafios, realizado nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2016, pela Escola Nacional de Formação da CONTAG - ENFOC, em Brasília/DF, e contou com a participação de lideranças, dirigentes dos movimentos sociais e educadores e educadoras populares dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, México e Uruguai.

O enfrentamento e resistência ao projeto hegemônico capitalista que estrutura uma materialidade de vida – pelo trabalho e uma ideologia neoconservadora - pela cultura e educação, que requer a articulação de estratégias que combatam de forma articulada o capitalismo – sua lógica de mercado e relações de trabalho; o Patriarcalismo – com sua lógica de divisão sexual do trabalho; e o pós-colonialismo – com sua visão de mundo e de cultura eurocêntrica e neoliberal.

A socialização das práticas e vivências pedagógicas das diferentes organizações camponesas, de trabalhadores/as rurais e de educação popular presentes no seminário, explicitaram o compromisso com um projeto de sociedade e de vida baseada nos



referenciais da emancipação humana e na transformação das sociedades injustas e opressoras, na perspectiva de um projeto alternativo, cuja ação militante requer construção coletiva, cotidiana, crítica, criativa e estimuladora de ações de resistência, de diálogos e mobilizações em redes.

Este projeto gestado a partir das lutas, práticas educativas populares e mobilizações, se assenta em alguns pilares, dentre os quais foram destacados:

- Ação que busca responder as necessidades, demandas e direitos humanos e sociais dos sujeitos numa perspectiva individual e coletiva;
- Justiça Social com solidariedade, autonomia, equidade de gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual e religiosa;
- Valorização da diversidade pautada na equidade dos direitos e no diálogo intercultural entre as diferenças para o fortalecimento das identidades sociais e coletivas;
- Cuidado com a natureza – as terras, as águas, as florestas – e todos os seres que fazem parte destes ecossistemas;
- Fortalecimento da democracia representativa e da democracia participativa com estratégias de ação direta, de massa e articuladas em frentes, fóruns, redes e organizações de base.

A reafirmação da Educação Popular como matriz formativa das organizações sociais e de suas lutas, coloca a formação política da classe trabalhadora do campo e da cidade, como estratégia fundamental para a construção da Pedagogia da Resistência ao avanço do modelo hegemônico neoliberal e neoconservador. O diálogo entre as diferentes organizações e práticas educativas da América Latina requer também uma abertura para leituras dos cenários, dos atores sociais que entram na cena, e que podem fortalecer o projeto contra hegemônico e que novas estratégias precisam ser construídas, inclusive, considerando as mídias eletrônicas, as ações culturais e ações nas comunidades.

Essas reflexões e práticas socializadas pelos participantes do Seminário geraram treze (13) orientações para a continuidade da ação e do debate entre as organizações que atuam com a matriz emancipadora da Educação Popular:

1. Proposição/Construção/fortalecimento de um projeto de sociedade a partir de uma nova cosmovisão, que traga a democratização do poder e do saber, a equidade e a justiça social como fundamentos centrais;
2. Estímulo às estratégias de resistências e lutas – que articulem ações diretas de massas com formação na ação, fortalecendo a articulação entre os processos organizativos, de mobilização e de educação de base;
3. Participação na proposição e no controle social de políticas públicas, fortalecendo os princípios da Educação Popular, nas políticas sociais de Educação, Saúde, Cultura;
4. Fortalecimento dos processos de comunicação e cultura como forma de ampliar nosso diálogo com a sociedade, explicitando a relação entre educação, cultura e comunicação;
5. Socialização e afirmação da concepção de Educação Popular nas redes sociais, nas demais mídias alternativas e nos processos de produção cultural, reafirmando-a enquanto possibilidade concreta para estimular a luta contra- hegemônica;
6. Divulgação e debate da Pedagogia da Interculturalidade – uma pedagogia articulada a partir das dimensões identitárias dos sujeitos – raça, etnia, religiosidade, como uma matriz formativa importante para os trabalhos organizativos e formativos das organizações sociais populares;
7. Fortalecimento do trabalho e organização da juventude, reconhecendo a luta unificada de todas(os) jovens, em suas características identitárias, a partir do seu pertencimento a territorialidades urbanas e rurais, estímulo aos processos educativos da juventude, a formação sócio profissional, a participação nos espaços decisórios, nas atividades culturais, esportivas e de lazer;
8. Debate sobre as relações sociais de gênero, as características e formas do patriarcado na sociedade atual, as lutas feministas, o papel da Educação Popular na organização, formação e mobilização das mulheres na perspectiva de sua emancipação e autonomia;



9. Formação e socialização dos direitos sexuais e reprodutivos, sobre a divisão sexual do trabalho e o respeito às orientações sexuais na perspectiva de assegurar os direitos humanos e sociais;
10. Reafirmação do trabalho de base e comunitário como condição primordial para democratizar efetivamente as estruturas de poder, seja no plano local de vida e atuação da militância da Educação Popular (associações, grêmios, cooperativas, sindicatos, partidos, coletivos, etc.);
11. Estímulo de novas formas do exercício da vida pública, preparando militantes para um novo jeito de fazer política, seja como candidatos(as) ou como cidadãos na perspectiva de novas formas do exercício do poder;
12. Fortalecimento da unidade na luta dos movimentos sociais, na construção e implementação de uma agenda política e de lutas unificadas, para se contrapor a essa onda conservadora, para tanto, se faz necessário a construção de espaços de debate permanente e ampliado, se possível, em torno de um projeto de sociedade;
13. Fortalecimento da dimensão latino-americana, de articulação em rede a partir da Educação Popular, com proposição de macro ações continentais e processos formativos comuns, tendo como protagonistas os Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

Brasília, 14 de agosto de 2016.

Organizações participantes do Seminário Internacional – Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina

- Ação Educativa;
- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR;
- Cátedra Paulo Freire – NEP/UEPA;
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT;

- Centro Andino para la Formación de Líderes Sociales – CAFOLIS;
- Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFC;
- Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho – CES;
- Comissão Nacional de Fomento Rural – *CNFR*;
- Confederação das Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do MERCOSUL Ampliado – COPROFAM;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados e Assalariadas Rurais – CONTAR;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG;
- Confederación Nacional Sindical Campesina e Indígena de Chile - NEHUEN
- Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe – CEAAL;
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE;
- Escola Quilombo dos Palmares – EQUIP;
- Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura – FETAGs;
- Instituto Paulo Freire – IPF;
- Macambira Sócio Cultural,
- Marcha Mundial de Mulheres - MMM;
- Mesa Nacional Campesina – MNC;
- Rede de Educação Cidadã – RECID.
- Rede ODS Brasil;
- Via Campesina.